

CIÊNCIA E SENSO COMUM: UM OLHAR CONTEMPLADO NAS CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

SCIENCE AND COMMON SENSE: A VIEW IN ADMINISTRATIVE SCIENCES

Jardiel de Moura Gomes
Titulação: Doutorando em Administração
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Endereço: Recife, Pernambuco, Brasil
E-mail: jardiel.moura@ufpe.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3729-5650>

Fernando Gomes de Paiva Júnior
Titulação: Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Endereço: Recife, Pernambuco, Brasil
E-mail: fernando.paivajr@ufpe.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5715-3882>

Publicação: 03.04.2025.
Centro Universitário UNA, Belo Horizonte - MG, Brasil
Editora chefe: Profa. Dra. Daniela Mateus de Vasconcelos

Este artigo encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:
<https://revistas.una.br/reuna>

Resumo:

Este estudo visa discutir a respeito da interação entre ciência e senso comum, especialmente nas ciências sociais que inserem, na sua vertente de conhecimento aplicado, a Administração. O objetivo consiste em buscar ampliar a compreensão a respeito desse campo de estudo. Inspirados por Santos (1989), exploramos a evolução da administração desde seu estágio inicial de senso comum até seu status de ciência. Abordamos os desafios epistemológicos, incluindo a dupla ruptura nas ciências sociais, que examina o contraste entre o, por vezes obscurecido, o conhecimento científico e o senso comum. Revelamos as dinâmicas históricas, sociais e culturais que têm moldado as ciências sociais como um campo de conhecimento científico, caracterizado por transformações não lineares e heterogêneas, frequentemente catalisadas por revoluções científicas que reconfiguram paradigmas já estabelecidos.

Palavras-chave: Ciência. Senso comum. Conhecimento. Revoluções científicas.

Abstract

This essay aims to discuss the interaction between science and common sense, especially in the social sciences and administration, with the aim of expanding the understanding of this field of study. Inspired by Santos (1989), we explore the evolution

of management from its initial common-sense stage to its development as a science. We address epistemological challenges, including the double rupture in the social sciences, which examines the often-obscured contrast between scientific knowledge and common sense. We reveal the historical, social and cultural dynamics that shaped social sciences as a field of scientific knowledge, characterized by non-linear and heterogeneous transformations, often catalyzed by scientific revolutions that reconfigure established paradigms.

Keywords: Science. Common sense. Knowledge. Scientific revolutions.

1. Introdução

A construção do conhecimento tem estado historicamente vinculada ao senso comum, uma vez que as primeiras interpretações, reflexões e ações a respeito da vida social derivam desse conhecimento ordinário (Peters,2014). O conhecimento científico só avança ao superar o senso comum, rompendo de maneira intencional com ele (Santos,1989). A construção do conhecimento surge da colisão de ideias distintas, do questionamento do *status quo*, das noções óbvias do saber e da contestação do conhecimento estabelecido. Logo, esse processo de ruptura e superação é essencial para o progresso científico, pois permite a evolução das ideias e ampliam a compreensão sobre a realidade (Santos,1989; Bachelard,1996; Geertz, 1997; 2006).

O acontecimento subsequente à colisão dessas ideias contempla a formação de uma nova acomodação do conhecimento, que ao atingir o grande público de maneira abrangente e tende a passar novamente pelo escrutínio crítico. Assim, um “novo senso comum” começa a se formar a partir desse avanço, distinguindo-se do conhecimento anterior. Dessa forma, o senso comum vem sendo enriquecido pela assimilação de conhecimentos científicos e pela experiência humana no universo social (Salomon, 2006).

A compreensão do mundo e a obtenção de conhecimento são temas centrais na filosofia e nas ciências sociais, a considerar que influenciam diretamente as ciências administrativas. No contexto da administração, como subgrupo aplicado das ciências sociais, a interseção entre ciência e senso comum é relevante, pois cada uma dessas áreas contribui de maneira única para a construção do saber (Santos, 1989; Geertz, 1997; 2006). A interseção entre esses tópicos faz emergir questões basais

sobre como conhecemos o mundo e como diferentes tipos de conhecimento podem ser experienciados.

O estudo tem o objetivo de discutir ciência e senso comum, no âmbito das ciências sociais e de maneira particular no terreno da Administração. Pretende-se, assim, fornecer uma perspectiva sobre a transformação do conhecimento administrativo, destacando a transição do conhecimento tácito para o conhecimento científico.

Para atender este objetivo, o ensaio está estruturado da seguinte forma: inicialmente, será apresentado o “contexto”, momento em que se expõe a evolução das práticas empíricas e intuitivas das civilizações antigas para abordagens científicas e sistemáticas tratadas a partir do final do século XIX, debate que culmina na Administração Científica. Seguida pelo “Senso comum: uma abordagem empírica”, ocasião em que será apresentada a discussão a respeito do senso comum, por vezes subestimada na construção do conhecimento científico e uma base imediatamente aplicável de saber. Em seguida, será abordada a “Construção do conhecimento científico”, evidenciando o modo como o conhecimento científico se revela suscetível à contestação empírica (Barros & Carrieri, 2015).

Posteriormente, “Desafios epistemológicos: a dupla ruptura nas ciências sociais” revela a importância da ruptura epistemológica no sentido de se evitar interpretações enganosas entre ciência e opiniões embasadas no senso comum, conteúdo temático crucial para auxiliar a se estabelecer uma ciência autêntica e desafiar interpretações triviais do mundo social.

Logo após, refletiremos a respeito do “Pensamentos epistemológicos e práticas científicas na administração”, destacando o alcance do pensamento epistemológico nas ciências sociais aplicadas. Em seguida, “Evolução da administração: do senso comum à ciência”, que apresenta a evolução das abordagens científicas que sistematizaram a administração com base em princípios teóricos e científicos. Posteriormente, “Conhecimento especializado e o senso comum”, seção que revela as tensões entre o conhecimento formal e tácito no discurso especialista e generalista, demonstrando como ambos coexistem e se influenciam nas práticas administrativas. Seguida pela “Discussão crítica”, será apresentado que nas ciências sociais, a pesquisa é diversa e não linear, destacando a tensão entre cientificidade e senso comum, com o cientista social desafiando percepções dominantes conduzidas para

construir determinado conhecimento a respeito das ciências administrativas. Por fim, as “Contribuições e considerações finais” encerram o estudo.

1.1 O Contexto empírico da administração.

A área de Administração como campo de conhecimento apresenta uma dualidade intrínseca entre práticas arraigadas no senso comum e aquelas fundamentadas na ciência. Essa dicotomia se mostra historicamente evidente, uma vez que práticas intuitivas e empíricas coexistiram e foram gradualmente substituídas por abordagens mais sistemáticas e científicas (Barros & Carrieri, 2015). A origem da administração como esse campo de conhecimento remonta à observação empírica e ao senso comum, e na modernidade, o desenvolvimento das ciências administrativas reflete o avanço científico pelo esforço de o cientista social ter que lidar com novos construtos cada vez mais complexos no âmbito das ciências sociais aplicadas (Hoe, Nonaka & Takeuchi, 2006).

As primeiras práticas administrativas são observadas nas civilizações antigas, quando mercadores e governantes utilizavam técnicas rudimentares de administração para assegurar o rendimento (*ganho*) nas trocas comerciais e na organização das sociedades (Elias, 1993; Kriwaczek, 2018). Por milênios, a administração foi formatada no conhecimento tácito, transmitido através de gerações por meio de experiência prática e observação direta (Chandler, 1977). Os mercadores fenícios, os escribas egípcios e os governantes das cidades e Estados como o da Mesopotâmia desenvolveram seus saberes de modo intuitivo, empírico e adaptativo às necessidades existentes em cada contexto, social, econômico, histórico, situacional e cultural (Serva, 2017).

As ciências administrativas se erguem a partir do crescimento oriundo das cidades e em decorrência das mudanças sociais e culturais vivenciadas pelas civilizações antigas como Egito, Mesopotâmia, China e Índia. Logo, a administração nas civilizações antigas era predominantemente intuitiva, fundamentada no conhecimento tácito e na experiência direta (Kriwaczek, 2018). Mercadores e governos não dispunham de teorias formalizadas de administração; em vez disso, utilizavam da observação e da prática para tomar decisões, esse conhecimento tácito era passado de geração em geração, frequentemente através de práticas culturais, tradições orais (Polanyi, 1966).

Os fenícios utilizavam contratos e acordos verbais para assegurar transações seguras e confiáveis (Serva,2017). Na Mesopotâmia a invenção da escrita cuneiforme facilitou a administração ao permitir registros detalhados de transações comerciais e acordos legais, como o Código de Hamurabi, que regulamenta as atividades comerciais e sociais. Além disso, a construção de zigurates (ex.: *grandes edificações, templos*) e a eficiência dos canais de irrigação e a organização de armazéns de grãos e estoques, evidenciam práticas administrativas não formais e avançadas (North, 1990).

No Egito o planejamento e a execução das grandes pirâmides envolveram uma coordenação precisa de mão de obra, recursos e tempo, de modo a demonstrar uma administração eficaz mesmo sem uma base teórica formal. Os registros detalhados encontrados nas tumbas e templos egípcios indicam a utilização de hierarquias e responsabilidades claramente definidas, além de sistemas de supervisão e controle que asseguravam a devida realização dos projetos. Logo, os faraós e escribas desenvolveram sistemas de contabilidade e registros detalhados para gerenciar as riquezas do reino e as expedições comerciais (Davies, 1995).

Já na China antiga, complexos sistemas de burocracia eram utilizados para administrar vastos territórios e recursos naturais. Durante a Dinastia Xia (c. 2070–1600 a.C.), foram desenvolvidos os sistemas de irrigação e gestão de águas, além da organização logística para a circulação de pessoas, recursos e agentes de forças militares (Liu, 2004). Assim, essas práticas revelam que, embora não existisse o conhecimento formalizado com respeito à ciência administrativa, as sociedades antigas desenvolveram métodos eficazes de gestão que permitiram o crescimento e o predomínio de sua cultura. Essas práticas intuitivas fundamentadas na observação e na experiência formaram a base sobre a qual a administração científica seria posteriormente desenvolvida. Estes sistemas eram desenvolvidos empiricamente, refinados através de tentativa e erro, e adaptados às circunstâncias locais (Williamson, 1981).

A compreensão da Administração como disciplina científica constitui um acontecimento moderno, datado do final do século XIX e início do século XX (Costa, Barros & Martins,2010). A Revolução Industrial e o advento das grandes corporações demandaram uma abordagem mais sistemática e científica para a gestão das organizações (Hobsbawm,2003; Santos,2018). Nesse cenário, surgem as primeiras

teorias administrativas, fundamentadas em princípios racionais e metodológicos, a Administração Científica, proposta por Frederick Winslow Taylor (1911), representou uma ruptura significativa com as práticas empíricas tratadas anteriormente, em que são introduzidos conceitos como divisão do trabalho, padronização de processos, estudo dos tempos e movimentos, e medição de desempenho.

2. Senso Comum: Uma abordagem empírica

Em abordagem inicial com respeito ao “senso comum”, pode ser considerada como a disposição geral de todos os seres humanos o esforço pessoal por buscar se adaptar às circunstâncias da existência e da vida ordinária. Isso leva a se considerar os dados dos órgãos sensoriais, a capacidade de raciocínio e a ponderação no que concerne a elementos de uma situação distinta (Paty, 2003). Para Geertz (1997), o senso comum consiste naquilo que permanece quando todos os sistemas simbólicos mais complexos já tenham cumprido suas funções essenciais, a considerar que ele constitui o resíduo da razão reconhecida após suas realizações mais sofisticadas terem sido descartadas e sendo composto como um conhecimento prático e intuitivo acumulado através da experiência cotidiana. Embora, por vezes, ele seja subestimado em relação ao conhecimento científico (Santos, 1989).

O senso comum acomoda uma base de conhecimento prático que é simultaneamente acessível e diretamente aplicável, em contraste com o conhecimento científico (Geertz, 2006). Essencialmente, ele se fundamenta em uma visão de mundo moldada pela crença na criatividade e na responsabilidade individual, uma vez que se busca estabelecer conexões causais e intencionais entre os eventos, além de se dispor das características únicas que o diferenciam de outras formas de conhecimento e apresentam um caráter retórico e metafórico, o qual, em vez de ensinar de maneira direta, busca persuadir o outro por meio da linguagem (Santos, 1989).

Sua natureza prática e pragmática o leva a se ancorar nas experiências e vivências de um determinado grupo social, encontrando nessa conexão a base para sua confiança e segurança na construção desse saber (Morin, 2008). Embora possa ser considerado superficial por negligenciar as estruturas subjacentes à consciência, ele destaca-se por sua capacidade de captar a complexidade das relações interpessoais.

A característica indisciplinar e imetódica do senso comum o diferencia dos métodos científicos rigorosos, pois ele surge espontaneamente no cotidiano da vida sem a necessidade de uma prática formalizada para sua produção. Para fundamentar essa análise, pode-se referir às discussões apresentadas por Edgar Morin, que abordam a complexidade da vida cotidiana e a interconexão das relações humanas sem a rigidez dos métodos científicos tradicionais (Morin, 2008).

As ciências sociais estabelecem uma relação complexa e ambígua com o senso comum, ao contrário das ciências naturais, fato que impede uma oposição direta entre ciência e senso comum, como luz e trevas, sendo ele o ponto de partida, mas deve ser criticado, assim, a ciência jamais se desvincula completamente desse tipo de conhecimento ordinário, permanecendo sujeita a formas de viés, preconceção e preconceitos (Santos, 1989; Geertz, 2006; Popper, 2007).

2.1 Construção do Conhecimento Científico

A ciência se opõe absolutamente à opinião, pois nela não existe nada dado, uma vez que tudo vai se construindo paulatinamente ao longo do tempo (Bell, 2006). No âmbito do senso comum, “o conhecimento vulgar, a sociologia espontânea, a experiência imediata, tudo isto são opiniões, formas de conhecimento falso” com que é preciso romper para se tornar possível o conhecimento científico, racional e válido (Bachelard, 1973. p.14).

A produção do conhecimento científico resulta da articulação entre teoria e realidade empírica (Bachelard, 1996). Bunge (1972) declara que apenas o ser humano é capaz de inventar voluntariamente novos problemas, sendo o único ser problematizador e o único que sente a necessidade e o prazer de adicionar dificuldades às já existentes no meio natural ou social. O primeiro passo na atividade do cientista social é lançar um olhar crítico sobre a realidade, desnaturalizando os fatos sociais por meio da ruptura com o senso comum, percebido como o lugar da existência vulgar (Salomon, 2006; Mesquita, 2014).

A ciência se caracteriza pela falsificabilidade de suas teorias e permite um processo contínuo de refinamento e melhoria do conhecimento. No entanto, tal ciência pode não capturar toda a complexidade das situações reais enfrentadas especialmente em contextos de alta incerteza e rápida mudança (Popper, 1959).

“Somente reconhecerei um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência. Essas considerações sugerem que o critério de demarcação não deve ser a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema. Não exijo que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido de uma vez por todas, em sentido positivo; exijo, porém, que sua lógica seja tal que torne possível validá-lo através de recursos e provas empíricas, em sentido negativo: deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico.” (Popper, 2007, p. 42)

O verificacionismo não constitui critério suficiente para distinguir ciência de não ciência (Popper, 2007). Esse conceito não define tal distinção com base na linguagem sensata e insensata, mas sim com o critério de falsificabilidade. Portanto, as teorias científicas diferem das matemáticas e das metafísicas porque podem ser empiricamente refutadas. Mesmo que uma teoria seja amplamente confirmada, ela permanece sujeita à falsificação popperiana (Popper, 2007; Andion, 2023).

Kuhn (1970) destaca que uma área do conhecimento é considerada ciência quando existe um conjunto de práticas, teorias e métodos compartilhados e aceitos pela comunidade científica. Além disso, essa área deve aderir a um paradigma, que significa o conjunto de pressupostos, teorias e métodos que orientam a pesquisa no interior daquela disciplina. A ciência, então, caracteriza-se pela adesão a determinado paradigma dominante, que é constantemente revisado e atualizado por meio de processos que envolvem modalidades de revoluções científicas (Santos, 1989).

Essas revoluções ocorrem quando surgem anomalias que não podem ser explicadas pelo paradigma vigente, levando a mudanças fundamentais na maneira como o conhecimento é compreendido e produzido dentro daquela disciplina (Chalmers, 1993; Ostermann, 1996; Guerra, 2012; Andion, 2023). A abordagem epistemológica de Kuhn (1970) contrasta com a ideia de que o conhecimento científico emerge da observação neutra, procede por meio da indução, é cumulativo e segue uma trajetória linear. Assim, o teórico argumenta que a observação é influenciada por teorias pré-existentes e não é neutra, em que se destaca a inseparabilidade entre observações e pressupostos teóricos. Além disso, ele questiona a validade lógica do método indutivo, reconhecendo a natureza construtiva, inventiva e não definitiva do conhecimento científico (Kuhn, 1970; Ostermann, 1996; Guerra, 2012; Andion, 2023).

Kuhn (1970) propõe um modelo de desenvolvimento científico caracterizado pelos períodos da “ciência normal”, nos quais a comunidade científica adere a um paradigma estabelecido. Esses períodos são intercalados por revoluções científicas também conhecidas como períodos de “ciência extraordinária”. Esses períodos extraordinários, anomalias ou crises no paradigma dominante culmina em sua ruptura (Kuhn, 1970; Santos, 1989).

2.2 Desafios Epistemológicos: A Dupla Ruptura nas Ciências Sociais

As ciências sociais enfrentam um desafio singular ao lidar com um objeto que não apenas se expressa e utiliza a mesma linguagem fundamental que a ciência, mas também possui opiniões e julgamentos sobre o próprio objeto de estudo científico (Santos, 1989). Para Piaget (1967, p.24), tanto a Sociologia, quanto a Psicologia reúne o triste privilégio de lidar com matérias sobre as quais todos se consideram competentes”.

O cientista social sucumbe à Sociologia espontânea, uma vez que chega a confundir resultados de pesquisa com opiniões derivadas de sua vinculação com o universo social. Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1968) apontam que a ruptura epistemológica se revela mais frequentemente proclamada do que efetivamente realizada, resultando na particular dificuldade de a Sociologia se estabelecer como área do conhecimento científico.

A ruptura epistemológica consiste num conceito substancial que se refere à necessidade de o cientista social romper com as pré-noções, preconceitos e pressupostos do senso comum ao construir conhecimento científico e implica uma distinção clara entre as crenças cotidianas e o conhecimento científico rigoroso, o que permite a construção de um sistema de novos conceitos e relações válidas e fundamentadas, sendo (por meio) dessa ruptura que seus estudiosos ambicionam a se tornar protagonistas da ciência autêntica (análoga às ciências naturais). Além disso, eles adotam uma postura crítica e reflexiva que desafia as interpretações e percepções triviais do mundo social (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1968; Santos, 1989).

Bourdieu (1998) reforça esta visão ao afirmar que “a sociologia é uma ciência que enfrenta uma dificuldade particular em se tornar uma ciência como as outras” (Bourdieu, 1998, p.34). O senso comum representa um “conhecimento” evidente que

aceita as coisas como são e cuja função reside em buscar se reconciliar a consciência comum consigo mesma se constituindo em um pensamento essencialmente conservador e fixista, que resiste às mudanças e novas interpretações, perpetuando o *status quo* (Santos, 1989).

No domínio das ciências sociais, a ruptura epistemológica segue dois princípios: o princípio da não-consciência e o princípio do primado das relações sociais (Santos, 1989). O primeiro princípio estabelece que o sentido das ações sociais não pode ser investigado apenas a partir das intenções ou motivações dos agentes que as realizam, pois, essas ações transcendem tais intenções e se situam no sistema global das relações sociais (Durkheim, 1980; Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1968).

O princípio do primado das relações sociais sustenta que os fatos sociais devem ser explicados por outros fatos sociais, em vez de acontecer por meio de fatos individuais (psicológicos) ou naturais (inerentes à natureza humana). A eficácia social dos fatos individuais ou naturais é determinada pelo sistema de relações sociais e históricas (Santos, 1989). Desse modo, o primado social estabelece, no plano metodológico, um “objetivismo provisório”, esforçando-se para superar a falsa dicotomia entre objetivismo e subjetivismo. Isso se centra na premissa de que “a experiência das significações integra a significação total da experiência” e que a “descrição da subjetividade objetivada remete à descrição da interiorização da objetividade” (Bourdieu, Chamboredon, Passeron, 1968, p. 20, p. 41).

Os obstáculos epistemológicos surgem na instância em que apresentam barreiras internas ao progresso do conhecimento científico, tais como preconceitos, dogmas, metodologias ultrapassadas, conceitos vazios e conforto cognitivo. Esses obstáculos representam dificuldades intrínsecas ao próprio processo de pensamento e à estrutura cognitiva dos cientistas, que impedem a assimilação de novas ideias e a evolução do conhecimento. Para avançar cientificamente, é essencial identificar e superar esses obstáculos, promover uma ruptura crítica e reformular continuamente os fundamentos teóricos e metodológicos da ciência (Bourdieu, Chamboredon, Passeron, 1968; Durkheim, 1980; Santos, 1989).

A primeira dificuldade nesse campo de conhecimento se traduz no "obstáculo epistemológico", uma vez que o objeto de estudo das ciências sociais frequentemente se confunde com o senso comum. Esse obstáculo só pode ser superado por meio da

vigilância epistemológica, que envolve a identificação de opiniões pré-estabelecidas, o combate ao instinto conservador e ao narcisismo intelectual, além da constante busca por um esforço racional (Bachelard, 1996).

Manter uma relação realista constante com a prática científica, nem sempre é simples para os cientistas, pois eles ocasionalmente cedem à tentação de aceitar conforto em ideias comuns, criando uma relação imaginária com a sua prática científica, às vezes, revestida de terminologia filosófica, preconceitos idealistas, noções pseudocientíficas (Bourdieu, Chamboredon, Passeron, 1968; Durkheim, 1980; Santos, 1989).

Na obra "Introdução a uma ciência pós-moderna", Santos (1989) descreve o reencontro da ciência com o senso comum como a segunda ruptura epistemológica: "uma vez feita a ruptura epistemológica, o ato epistemológico mais importante é a ruptura com a ruptura epistemológica". Diferentemente dos obstáculos epistemológicos, a segunda ruptura não anula a primeira; pelo contrário, ela possibilita uma transformação tanto no senso comum, quanto na ciência (Santos, 1989, p. 23).

Enquanto a primeira ruptura é essencial para estabelecer a ciência a segunda ruptura modifica o senso comum com base na ciência estabelecida, ao mesmo tempo, em que transforma a própria ciência. O objetivo da dupla ruptura epistemológica reside em buscar estabelecer formas de conhecimento que, sendo prática, ainda seja axiomática, e sendo sábia, seja distribuída de modo democrático.

2.3 Pensamentos Epistemológicos e Práticas Científicas na Administração

As discussões e reflexões epistemológicas sobre a ciências administrativas têm evoluído notavelmente desde a publicação de estudos pioneiros ao nível internacional, tais como " *Central perspectives and debates in organizational theory* " (Astley & Van de Ven, 1983), " *The knowledge production of management scientists* " (Audet & Malouin, 1986), " *Sociological paradigms and organizational analysis* " (Burrell & Morgan, 1979), e "Epistemologia da administração no Brasil" (Serva, 2017). Atualmente, temas relacionados a Epistemologia, História e Sociologia da Administração têm recebido destaque em publicações e debates acadêmicos, o que reflete um avanço nos campos da administração e dos estudos organizacionais (Andion, 2023). As pesquisas nesse campo devem abranger pilares do conhecimento como ontológicos, epistemológicos, metodológicos e axiológicos, ao contemplarem

preceitos que guiam a construção do conhecimento científico (Hill, 1984; Bhaskar, 2008).

Ao cultivar a natureza da realidade investigada, a ontologia abre caminho para uma reflexão crítica das bases sobre as quais o conhecimento é construído (Bhaskar, 2008). Já a epistemologia analisa os processos pelos quais esse conhecimento é adquirido, validado e disseminado e alcança uma compressão da natureza investigada (Popper, 2007). Nesse contexto, a metodologia desempenha um papel de fornecer as ferramentas e abordagens necessárias para conduzir o estudo de forma rigorosa e sistemática (Creswell, 2014). Por fim, a axiologia considera os valores e princípios que orientam a pesquisa, influenciando tanto as escolhas metodológicas quanto às interpretações dos resultados (Lincoln & Guba, 2000), em que os sistemas de produção de conhecimento são relacionados com os valores e as perspectivas ideológicas do pesquisador (Hill, 1984).

David Bloor propõe os parâmetros essenciais para uma Sociologia do conhecimento científico em sua obra “Conhecimento e imaginário social, 1976”. Para ele, deve-se adotar uma perspectiva causal, buscando compreender as múltiplas condições que influenciam a produção do conhecimento. Em segundo lugar, deve ser imparcial, abstendo-se de julgar o conhecimento com base em categorias dicotômicas como verdadeiro ou falso, racional ou irracional, reconhecendo a relatividade desses julgamentos (Bloor, 1976). Terceiro, é essencial que essa Sociologia demonstre certa simetria em sua explicação, em que seus proponentes reconhecem que, tanto as crenças verdadeiras, quanto as falsas são influenciadas por fatores semelhantes, proporcionando uma análise equitativa dos acertos e erros científicos. Por fim, a reflexividade que exige que o modelo explicativo seja aplicado de forma crítica à própria sociologia do conhecimento, submetendo-a às mesmas leis sociais que regem outras áreas do conhecimento científico (Bloor, 1976).

A prevalência desse paradigma se reflete na produção científica e nas práticas de pesquisa e ensino recorrentes no campo da Administração, os quais tendem a perpetuar certas generalizações simbólicas, modelos explicativos, exemplos e valores comuns (Kuhn, 1970). Isso resulta na predominância de abordagens normativas e prescritivas, sendo limitadas e suprimem a crítica e a reflexão, oferecendo pouco espaço para outras formas de pensamento além da instrumental. Essas abordagens

destacam a centralização na tomada de decisões, uma hierarquia vertical estrita e um controle rigoroso e supervisão (Guerreiro Ramos, 1989).

Chanlat (1999) percebe as ciências sociais como disciplinas que buscam tornar-se inteligível a vida social, seja em aspectos específicos ou em sua totalidade. Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) destacam que a tradição teórica das ciências sociais tem estado associada ao campo doxológico, caracterizado pelo conhecimento não sistematizado, derivado da prática cotidiana, segundo os autores esta ação é realizada após a ruptura com a linguagem comum, estabelecida a partir de problemas de pesquisa.

No contexto das ciências sociais, a “doxologia” representa o conhecimento não sistematizado derivado da prática cotidiana e das crenças populares, caracterizado pela falta de estrutura formal e crítica própria do conhecimento científico (Bergamo, 2023). É por meio da ruptura epistemológica com este campo doxológico que as ciências sociais buscam construir um saber rigoroso e metódico, permitindo a análise científica das práticas e crenças cotidianas (Bruyne, Herman, Schoutheete, 1977). A capacidade de gerar mudanças e construir conhecimento, recurso essencial para o pesquisador, surge do processo de questionamento, descrito por Foucault (2000) como uma ruptura que gera novas informações.

3. Evolução da Administração: Do Senso Comum à Ciência

Entre os séculos XI e XIV, ocidente vivenciou um significativo crescimento urbano e desenvolvimento dos mercados, impulsionados pelo aumento na produção agrícola e manufatureira. Esse período marcou uma transição das práticas amparadas no senso comum para abordagens mais científicas na administração. A organização de feiras e mercados possibilitou o aumento da circulação de produtos e a interação entre mercadores de diferentes regiões. No século XII, grandes feiras regionais e inter-regionais foram montadas na Inglaterra, Flandres e Champagne (Fourquin, 1991), catalisando uma revolução comercial que transformou as táticas comerciais (Barroso, 2015).

Os feirantes exemplificam a administração apoiada no senso comum, utilizando observação das necessidades dos clientes, negociação de preços e adaptação às mudanças do mercado. Por meio do conhecimento não formal, intuição e percepção contextual, são desenvolvidas a habilidade de avaliar a qualidade dos produtos,

determinar preços e negociar. Assim, essas competências são construídas empiricamente, tratadas por intermédio da prática contínua e da interação direta no contexto social (Granovetter, 1985; Leonard-Barton & Swap, 1999).

A administração intuitiva envolve a observação cuidadosa e o aprendizado empírico por meio de tentativas e erros. Com isso, tal conhecimento tem se mostrado acumulado ao longo do tempo, o que permite serem as práticas administrativas continuamente aprimoradas e adaptadas às mudanças ambientais e sociais (Ostrom, 1990; Mintzberg, Ahlstrand & Lampel, 2009).

O conhecimento administrativo, quando baseado no senso comum, é transmitido de uma pessoa para outra de maneira informal. Essa transmissão pode ocorrer por meio de ensinamentos diretos, como em famílias de artesãos, onde os segredos do ofício são passados de pai para filho, ou de maneira mais difusa, a partir da observação e imitação de práticas bem-sucedidas, sendo essencial ao processo de transmissão a perpetuação do conhecimento tácito, assegurando que as práticas administrativas continuem a evoluir e se adaptar ao longo do tempo (Fourquin, 1991).

A formalização do conhecimento administrativo permite a criação de um corpo de conhecimento estruturado, baseado em princípios racionais e evidências empíricas (Simon, 1947; Barroso, 2015; Fourquin, 1991). O surgimento da Administração como disciplina científica ocorreu no final do século XIX e início do século XX, impulsionado pela complexidade crescente do modo de produção durante a Revolução Industrial, que demandava abordagens mais sistemáticas e baseadas em dados.

Nesse contexto, Frederick Taylor inaugurou a Administração Científica (1911), marcando uma ruptura significativa com as práticas empíricas anteriores. A abordagem dele enfatiza a divisão do trabalho, a padronização de processos, a seleção científica de trabalhadores e a medição precisa do desempenho, visando otimizar todos os aspectos da produção por meio de estudos de tempo e movimento propondo que as tarefas laborais fossem estudadas cientificamente para identificar a maneira eficiente de realizá-las, privilegiando uma Administração cartesiana firmada em dados em detrimento de uma Administração (pautada) no conhecimento tácito, na intuição e na experiência (Bertol, 2017).

Henri Fayol, em 1916, contribuiu com a Teoria Clássica, que enfatiza a estrutura organizacional e os princípios gerais da administração. A Teoria das Relações Humanas, introduzida por Elton Mayo na década de 1930, destaca a

importância da motivação e liderança no ambiente de trabalho. Max Weber, nos anos 1940, propôs a Teoria da Burocracia, que preconiza uma estrutura formal e impessoal nas organizações. Herbert A. Simon, em 1957, avança com a Teoria Comportamental, integrando aspectos psicológicos e sociológicos no processo decisório. Nas décadas seguintes, teorias como a Teoria dos Sistemas, de Ludwig von Bertalanffy, e a Teoria Contingencial, de Joan Woodward, introduzem conceitos de interdependência e adaptabilidade nas organizações (Bertol,2017).

Essas teorias refletem a evolução da administração desde práticas firmadas no senso comum até abordagens cada vez mais científicas e sistemáticas, evidenciando a importância da adaptação contínua às mudanças ambientais e tecnológicas no campo da administração.

3.1 Conhecimento Especializado e o Senso Comum

O reconhecimento da administração como ciência levou à sua institucionalização como disciplina acadêmica, em que as primeiras escolas de negócios foram fundadas no final do século XIX e início do século XX, com o objetivo de educar futuros administradores para o desenvolvimento do campo das ciências sociais aplicadas, prioritariamente as ciências administrativas (Motta, 1972; Pereira & Andrade,2005).

A *Wharton School*, estabelecida em 1881 na Universidade da Pensilvânia, e a *Harvard Business School*, fundada em 1908, foram basilares para o avanço das ciências administrativas, com seus estudiosos desempenhando um papel decisivo na sua institucionalização como disciplina acadêmica. Ambas as instituições pioneiras ofereceram uma formação estruturada em administração que integra teoria e prática, com currículos projetados para promover um conhecimento abrangente pautado em métodos científicos já estabelecidos, em desenvolvimento e adaptáveis, assim como desenvolvimento de novos métodos, refletindo as experiências e vivências de seus participantes (Khurana, 2007).

A administração, como campo de estudo e prática, está permeada por uma diversidade de discursos, incluindo o discurso especialista e o discurso gerencialista. Esses discursos refletem diferentes abordagens e entendimentos sobre o conhecimento nas ciências administrativas, revelando a tensão entre o senso comum e a ciência (Pinto & Junior Motter, 2012).

O discurso especialista é caracterizado pelo conhecimento técnico e científico especializado, formado em disciplinas específicas e pelo conhecimento sistemático demarcado no método científico. Esse tipo de conhecimento é formal e institucionalizado, fundado em evidências empíricas e modelos teóricos, conferindo legitimidade às ciências administrativas (Silva & Fischer, 2008). Contudo, essa abordagem pode, por vezes, afastar-se das realidades cotidianas e ignorar o conhecimento tácito que emerge da prática diária (Simon, 1947; Czarniawska, 2007).

O discurso generalista é pragmático e orientado para as práticas ordinárias, valorizando a experiência do senso comum, a intuição e o conhecimento tácito oriundo das interações diárias (Nogueira, 2003). Esse tipo de conhecimento é adaptativo, experiencial, intuitivo e combinatório, destacando a observação direta e a tradição, sendo menos formal e mais responsivo (Mintzberg, 2004; Machado & Calvi, 2023). O conhecimento tácito associado ao senso comum emerge das práticas cotidianas e interações sociais, sendo prático, situacional e frequentemente não formalizado (Granovetter, 1985; Garcia, 2015).

No entanto, esse discurso é criticado pela falta de rigor científico e pela dependência excessiva do julgamento subjetivo. A intuição e a experiência, embora valiosas, podem não ser suficientes para lidar com problemas complexos que requerem análise pautada pela utilização de dados. Além disso, a informalidade do conhecimento tácito pode dificultar sua transmissão e replicação sistemática (Polanyi, 1966).

A interação entre conhecimento tácito e científico é complexa, sem uma fronteira clara entre senso comum e ciência (Hoe, Nonaka & Takeuchi, 2006). O senso comum, como fonte de conhecimento tácito, exerce influência substancial nas práticas administrativas, emergindo organicamente das interações diárias e experiências acumuladas (Granovetter, 1985). Esse poder não se concentra em um único ponto, mas se distribui em uma rede complexa que influencia práticas marcadas pelo senso comum e por abordagens científicas. O conhecimento tácito e os métodos científicos coexistem e se influenciam reciprocamente (Mintzberg, 1973).

O poder não reside em indivíduos ou instituições, mas é exercido por meio de relações e práticas cotidianas, presente em todas as interações sociais, quando formalmente legitimado, transforma-se em conhecimento científico. No entanto, é exatamente o conhecimento popular, não formalmente reconhecido, que desempenha

um papel crucial na construção do conhecimento científico (Granovetter, 1985; Foucault, 2000).

4. Discussão Crítica

A transição do conhecimento tácito para o conhecimento científico nas ciências administrativas revela a necessidade de serem reconhecidas as limitações das abordagens puramente mecanicistas, que tratam a Administração como um sistema estático e obediente a processos estruturais fixos. Devido à sua complexidade, essa área do conhecimento requer uma abordagem flexível e contextual, na qual devem ser valorizados contextos sociais e culturais específicos. O conhecimento administrativo tácito é eminentemente orgânico, adaptando-se de forma dinâmica às situações particulares de cada sociedade.

A relação entre a ciência e o senso comum é caracterizada por uma interação dinâmica e complementar, os conhecimentos administrativos são legitimados por meio de uma complexa interação entre abordagens científicas e práticas cotidianas, sendo influenciados por fatores ontológicos, contextuais e históricos (Polanyi, 1966).

Ao contrário do senso comum, a ciência está fundamentada na construção sistemática e rigorosa do conhecimento, buscando a falsificabilidade das teorias e a revisão contínua dos paradigmas estabelecidos (Popper, 1959; Kuhn, 1970). Esse processo não é linear, mas marcado por períodos de “ciência normal” e “ciência extraordinária”, nos quais anomalias conduzem a revoluções científicas que transformam profundamente o entendimento e a prática na disciplina (Kuhn, 1970; Santos, 1989).

O campo da pesquisa científica nas ciências sociais é permeado por uma série de tensões, contradições e hesitações, marcado pelo contínuo debate sobre sua cientificidade em comparação com as ciências naturais, crises resultam do aperfeiçoamento da ciência, conforme delineado pelas mudanças paradigmáticas (Kuhn, 1970; Lincoln & Guba, 2000). A pesquisa nas ciências sociais é caracterizada por uma diversidade de abordagens, pressupostos, metodologias e estilos narrativos, resultando em uma narrativa não linear e heterogênea no campo das ciências sociais (Alves-Mazzoti, 2001).

O cientista social deve direcionar à realidade um olhar crítico, visando desnaturalizar os fatos sociais, por meio da ruptura com o senso comum, concebido

como as percepções comuns da existência. A crítica a opinião e o senso comum como formas de conhecimento falso, destacando que a ciência deve romper com essas formas para construir um conhecimento racional (Bachelard, 1996). Já Popper critica o verificacionismo como critério de demarcação entre o que é considerado ciência e o que não é, e propõe a falsificabilidade como critério (Popper, 2007).

Thomas Kuhn (1970) contesta a concepção linear e cumulativa da ciência, sugerindo que o progresso científico ocorre por meio de revoluções científicas, nas quais paradigmas são substituídos em resposta a anomalias que não podem ser explicadas pelo paradigma vigente. Enquanto isso, Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1968) criticam a noção de Sociologia espontânea e enfatizam as dificuldades dos estudiosos da Sociologia no sentido de ela se estabelecer como ciência genuína devido à sua proximidade com o senso comum. Eles propõem, assim, uma ruptura epistemológica como possibilidade essencial para diferenciar as crenças do dia a dia e conhecimento científico (Polanyi, 1966; Hoe, Nonaka & Takeuchi, 2006).

Nesta perspectiva, Durkheim (1980) critica a tentativa de explicar os fenômenos sociais a partir de fatos individuais ou naturais, sustentando que os fenômenos sociais devem ser compreendidos por meio para a emergência de outros fenômenos sociais. Ele introduz o princípio da não-consciência, que postula que o significado das ações sociais ultrapassa as intenções dos agentes. Santos (1989), por sua vez, contesta a postura da ciência moderna de se opor ao senso comum e propõe uma segunda ruptura epistemológica, na qual a ciência reformula o senso comum com base nos avanços científicos, fomentando uma democratização do conhecimento.

5. Contribuições e Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi compreender a interação entre ciência e senso comum nas ciências sociais aplicadas, com foco específico nas ciências administrativas. Ao se dispor de uma perspectiva com respeito ao modo como ocorre a transformação do conhecimento nesse campo, destacando a interseção do conhecimento tácito para o científico.

Ao longo deste estudo, exploramos etapas essenciais: o contexto histórico, a importância do Senso comum como abordagem empírica, a construção do conhecimento científico na ciência, os desafios epistemológicos nas ciências sociais, os pensamentos epistemológicos na administração, a evolução da administração do

senso comum à ciência, o conhecimento especializado e seu diálogo com o senso comum, a discussão Crítica, culminando nessas considerações finais.

A evolução da administração como prática e disciplina acadêmica foi influenciada por determinadas dinâmicas culturais, econômicas e sociais ao longo dos séculos. A transição do conhecimento tácito para o conhecimento científico destacou a importância da adoção de uma abordagem integrada e contextualizada, que reconheça a diversidade e valorize a experiência, intuição, observação do contexto social e a capacidade de resposta adaptativa do ambiente de forma orgânica.

Os desafios epistemológicos enfrentados pelas ciências sociais destacam a necessidade de se integrar perspectivas filosóficas e sociológicas, assim como construir uma explicação a respeito da realidade com ela é (teoria) que permita compreender as particularidades e diferenças existentes entre as múltiplas correntes interpretativas emergentes nas últimas décadas.

A administração como campo de conhecimento transita por uma evolução, uma vez que se parte de práticas fundamentadas no senso comum até se consolidar como método científico formalizado na modernidade. Essa transição revela não apenas a dimensão do conhecimento tácito e das práticas cotidianas, como também a exigência de serem questionadas narrativas lineares presentes na construção do conhecimento. Ao analisarmos as regras e estruturas implícitas dessas formações de conhecimento, podemos compreender a maneira como o poder opera por intermédio do controle e da legitimação do conhecimento, influenciando as práticas sociais e institucionais. No entanto, essa perspectiva ocasionalmente se distancia das realidades práticas cotidianas e desconsidera o conhecimento implícito emergente da experiência diária (Simon, 1947). Os discursos especializados e generalistas evidenciam a tensão entre o conhecimento comum e científico na área da administração.

O estudo cumpre seu objetivo de contribuir para o entendimento teórico e crítico que permeia as interações entre ciência e senso comum existente nas ciências administrativas, oferecendo uma análise aprofundada e reflexiva que pode orientar futuras investigações empíricas e teóricas no campo dos Estudos Organizacionais. Para estudos futuros, recomenda-se investigar críticas atuais ao falsificacionismo de Popper nas ciências sociais e explorar o modo como diferentes visões de mundo afetam a forma como o conhecimento é construído e aplicado em contextos variados, assim como, a influência de paradigmas emergentes, como o pós-modernismo e o

pensamento complexo, que desafiam abordagens tradicionais de ciência e propõem novas maneiras de entender a realidade.

Referências

ALVES-MAZOTTI, Alda Judith. **Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação**. Cadernos de pesquisa, p. 39-50, 2001.

ANDION, Carolina. **Reflexões Epistemológicas e Sobre o Fazer Científico na Administração Contemporânea**. Revista de Administração Contemporânea, v. 27, n. 02, p. e230017, 2023.

ASTLEY, W. Graham; VAN DE VEN, Andrew H. **Central perspectives and debates in organization theory**. Administrative science quarterly, p. 245-273, 1983.

AUDET, M.; MALOUIN, J. L. **The knowledge production of management scientists**. European Journal of Operational Research, v. 26, p. 285-294, 1986.

BACHELARD, G. **La formation de l'esprit scientifique**. Paris: J. Vrin, 1947. Tradução de Estela dos Santos Abreu: A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, G. **Le pluralisme cohérent de la chimie moderne**. Paris: Vrin, 1973.

BERTOL, Baltazar et al. **Teorias Administrativas E Econômicas E O Desenvolvimento Social**. Maiêutica-Estudos Contemporâneos em Gestão Organizacional, v. 5, n. 1, 2017.

BARROSO, Hayeska Costa. **Mercadores da Tradição: os usos da tradição nas quadrilhas juninas do Ceará**. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 1, n. 3, p. 42-63, 2015.

BARROS, Amon; CARRIERI, Alexandre De Pádua. **O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração**. Revista de Administração de Empresas, v. 55, p. 151-161, 2015.

BELL, J. S. **Contra o realismo científico**. São Paulo: UNESP, 2006.

BERGAMO, F. **As startups e o Estado: reflexões sobre a relação entre os entes privado e público em uma nova economia baseada em inovação e tecnologia**. Revista Simetria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, v. 1, n. 12, p. 144-154, 2023.

BHASKAR, R. **A realist theory of science**. London: Verso, 2008.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 1968.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1998.

- BUNGE, M. **Teoria e realidade**. Buenos Aires: Sudamericana, 1972.
- BLOOR, D. **Knowledge and social imagery**. London: Routledge & Kegan Paul, 1976.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.
- CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHANDLER, A. D. **The visible hand: the managerial revolution in American business**. Cambridge: Harvard University Press, 1977.
- CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.
- COSTA, A. S. M. da; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. **Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens**. Revista de Administração de Empresas, v. 50, p. 288-299, 2010.
- CZARNIAWSKA, B. **Complex organizations still complex**. International Public Management Journal, v. 10, n. 2, p. 137-151, 2007.
- DAVIES, N. **Ancient Egypt: the great discoveries**. London: Thames & Hudson, 1995.
- DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1980
- DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ELIAS, N. **O processo civilizador 2: formação do Estado e civilização**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1993.
- FOURQUIN, G. **História económica do Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- GARCIA, J. C. R.; DA SILVA, E. M. **Nuanças e estratégias que circundam o conhecimento tácito**. Navus: Revista de Gestão e Tecnologia, v. 5, n. 3, p. 6-21, 2015.
- GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- GUERRA, M. L. **A estrutura das revoluções científicas de Thomas S. Kuhn: um estudo sobre a dinâmica das transformações científicas**. Campinas: Autores Associados, 2012.

GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness.** American Journal of Sociology, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HILL, R. **Teoria e prática na administração.** São Paulo: Atlas, 1984.

HOBBSBAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2003.

HOE, S. L. **Tacit knowledge, Nonaka and Takeuchi SECI model and informal knowledge processes.** International Journal of Organization Theory & Behavior, v. 9, n. 4, p. 490-502, 2006.

KHURANA, R. **From higher aims to hired hands: the social transformation of American business schools and the unfulfilled promise of management as a profession.** Princeton: Princeton University Press, 2007.

KRIWACZEK, P. **Babilônia: a Mesopotâmia e o nascimento da civilização.** São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LEONARD-BARTON, D.; SWAP, W. C. **When sparks fly: igniting creativity in groups.** Boston: Harvard Business Press, 1999.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences.** In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (orgs.). Handbook of qualitative research. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000. p. 163-188.

LIU, L. **The Chinese Neolithic: trajectories to early states.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MACHADO, H. P. V.; CALVI, J. F. **Inteligência híbrida e a gestão do conhecimento: a simbiose homem e máquina.** Revista Gestão & Tecnologia, v. 23, n. 4, p. 238-257, 2023.

MESQUITA, A. L. **Ciência e vida: o pensamento filosófico de Bachelard.** São Paulo: Loyola, 2014.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safari de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico.** Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

MINTZBERG, H. **Strategy safari: a guided tour through the wilds of strategic management.** New York: Free Press, 2004.

MINTZBERG, H. **The nature of managerial work.** New York: Harper & Row, 1973.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2008.

MOTTA, P. R. **Administração para o desenvolvimento: a disciplina em busca da relevância.** Revista de Administração Pública, v. 6, n. 3, p. 39-54, 1972.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change, and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTERMANN, F. **A epistemologia de Kuhn**. *Caderno Catarinense de Ensino de Física*, v. 13, n. 3, p. 184-196, 1996.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PATY, M. **Senso comum. Filosofia primeira: questões fundamentais**. Lisboa: Edições 70, 2003.

PEREIRA, G. R. de M.; ANDRADE, M. C. L. de. **A construção da administração da educação na RBAE (1983-1996)**. *Educação & Sociedade*, v. 26, p. 1393-1411, 2005.

PETERS, G. **Anthony Giddens entre a hermenêutica e a crítica: o status do conhecimento de senso comum na teoria da estruturação**. *Plural*, v. 21, n. 2, p. 168-194, 2014.

PIAGET, J. **Biologia e conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos**. Petrópolis: Vozes, 1967.

PINTO, V. R. R.; JUNIOR, M. D. M. **Uma abordagem histórica sobre o ensino da administração no Brasil**. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 6, n. 4, p. 1-28, 2012.

POLANYI, M. **The tacit dimension**. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

POPPER, K. **The logic of scientific discovery**. New York: Basic Books, 1959.

POPPER, K. **Conjecturas e refutações: o progresso do conhecimento científico**. São Paulo: Edusp, 2007.

RAMOS, A. G.; CARDOSO, M. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Lisboa: Edições 70, 1989.

SANTOS, L. S.; ARAÚJO, R. B. de. **A revolução industrial**. *História Econômica e Geral*, 2018.

SALOMON, A. S. **Lendo o mundo: uma nova ciência em construção**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SERVA, M. **Epistemologia da administração no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SIMON, H. A. **Administrative behavior: a study of decision-making processes in administrative organization**. New York: Free Press, 1947.

TAYLOR, F. W. **The principles of scientific management.** New York: Harper & Brothers, 1911.

WILLIAMSON, O. E. **The economics of organization: the transaction cost approach.** American Economic Review, v. 70, n. 4, p. 548-577, 1981.